

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República
Deputado José Pedro Aguiar-Branco

Lisboa, 6 de abril de 2026

Assunto: Debate de Urgência sobre o cabaz alimentar, combustíveis, habitação. Necessidade urgente de medidas para aliviar a pressão sobre os portugueses.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,

O Grupo Parlamentar do CHEGA vem requerer a V. Exa. a marcação de um Debate de Urgência, nos termos do artigo 72.º do Regimento da Assembleia da República, sobre o “Cabaz alimentar, combustíveis, habitação. Necessidade urgente de medidas para aliviar a pressão sobre os portugueses.”

Tal necessidade decorre do recente agravamento do custo de vida em Portugal, com particular incidência no aumento do preço dos bens alimentares essenciais, dos combustíveis e da habitação, e sobre a necessidade urgente de adoção de medidas eficazes para aliviar a atual pressão intolerável sobre as famílias portuguesas.

Na verdade, os desenvolvimentos internacionais mais recentes, designadamente o agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, com relevância para o conflito que envolve o Irão e os respetivos impactos nos mercados energéticos, estão já a produzir efeitos negativos muito concretos na economia europeia e, em particular, na economia portuguesa.

De facto, a subida do preço do petróleo nos mercados internacionais, associada à instabilidade geopolítica naquela região, tem vindo a refletir-se no aumento vertiginoso dos preços dos

combustíveis em Portugal, com impacto direto nos custos de transporte, na cadeia de abastecimento e, conseqüentemente, no preço final dos bens essenciais.

Este efeito é já bem visível no custo do cabaz alimentar, que voltou a registar significativos aumentos recentes, pressionado por este contexto internacional, agravando ainda mais o esforço financeiro das famílias portuguesas para assegurar as suas necessidades básicas.

Simultaneamente, o setor da habitação continua a evidenciar uma pressão persistente sobre os agregados familiares, com níveis de preços de venda e rendas que permanecem inabastáveis para uma larguíssima maioria dos portugueses, não se verificando qualquer alívio que compense o aumento dos restantes custos de vida.

Este conjunto combinado de fatores (aumento dos combustíveis, pressão sobre os bens alimentares e outros bens de consumo e persistência de preços elevados na habitação) configura um desolador cenário de agravamento imediato das condições de vida, particularmente para as famílias de rendimentos médios e baixos, com um orçamento cada vez mais comprimido.

Perante este contexto, torna-se imperioso que o Parlamento debata, com carácter de urgência, as medidas necessárias que devem ser adotadas para responder a este novo choque económico, avaliando a capacidade de resposta do Governo e identificando soluções concretas, a adotar pelo executivo, que permitam mitigar, de forma célere e eficaz, o impacto destes aumentos no quotidiano das famílias portuguesas a fim de garantir a proteção do seu poder de compra.

Mais se requer que, nos termos do artigo 72.º, n.º 4, alínea a), do Regimento da Assembleia da República, o referido debate ocorra em sessão plenária, na próxima quarta-feira, dia 8 de abril de 2026, sendo agendado com carácter de urgência e com prioridade na Ordem de Trabalhos.

O Presidente do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto